



REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA: caminhos para o ensino da cidadania

Paula Dayana Silva Alves; Felicia Soares do Nascimento; Luiz Arthur Pereira Saraiva

Universidade Estadual da Paraíba (DG/CH/UEPB)

dayanaelson20@gmail.com; feliciasoaes1517@gmail.com; saraivaluizarthur@yahoo.com.br

Resumo

A presente pesquisa trata a questão da formação de professores, com ênfase à formação docente em Geografia, visto o processo formativo contínuo dos envolvidos na área em questão. O objetivo principal dessa pesquisa consistiu em abordar a relação entre formação de professores em Geografia e a proposta de uma educação cidadã em seus pressupostos filosóficos e didático-pedagógicos. Partindo de uma perspectiva crítico-humanista, que concebe os espaços educativos enquanto produtos sociais inseridos na ordem capitalista vigente, mas também instauradores de mudança e constituídos das relações afetivas, identidades e subjetividades cotidianas, os procedimentos metodológicos consistiram em revisão bibliográfica e vivências debatidas tanto no grupo de pesquisa EGEFProf (Estudos Geográficos: ensino e formação de professores) quanto nas atividades de monitoria do semestre 2016.2 do Curso de Licenciatura Plena em Geografia no Campus III da Universidade Estadual da Paraíba, contando com a coleta de depoimentos e conversações com diferentes estudantes, de forma a subsidiar algumas das questões elencadas no decorrer do texto. Tal empreitada se justifica não só pela pertinência do tema (e reflexão constante), mas também pelo anseio de construção de uma Geografia Cidadã, visando contribuir para se pensar os espaços pessoais e sociais como dimensões do exercício da cidadania e da democracia, tomadas enquanto par dialético. Ainda sobre a justificativa, a ideia de tal abordagem surgiu durante a observação, análise e discussão de diferentes práticas pedagógicas experienciadas enquanto profissionais em formação também contínua. Dentre as possíveis considerações finais, apontam-se os desafios para a consolidação e exercício da cidadania no contexto brasileiro, a formação de professores ainda provocada e provocadora no contexto brasileiro e as possibilidades para se pensar o ensino e aprendizagem geográficos sob o princípio da conscientização humana.

Palavras-chave: formação de professores, geografia, cidadania.

Introdução

Pensar a formação de professores no contexto atual envolve um esforço de reflexão contextualizada às conjunturas em diferentes escalas e agentes sociais envolvidos. Quando pensamos, por exemplo, a pluralidade de discursos que atravessa a questão, variando entre os polos do professor “solução de todos os problemas” até o professor “que dá seu conteúdo e só”, chegamos às intencionalidades envolvidas (e interesses presentes na ordem de todo discurso, como afirmaria Foucault), às ideologias que se expressam nas práticas educativas, apesar de alguns projetos e grupos defenderem “neutralidade” e “apartidarismo”, às políticas públicas da área que abrangem currículo, didática e outros saberes que envolvem a educação.

Adentrando um contexto mais restrito, todas essas indagações também perpassam a formação do professor de Geografia, o que nos leva problematizar não só a formação acadêmica em si, geralmente ocorrida nos cursos de

(83) 3322.3222

contato@coprecis.com.br

www.coprecis.com.br



licenciatura plena, mas também as experiências de quem já está ou esteve em sala de aula. Uma crítica comum entre alunos e ex-alunos dos cursos de graduação questiona o quanto os cursos atendem ou não as demandas da sala de aula contemporânea, o quanto os mestres e doutores de suas respectivas áreas também se preocupavam com a dimensão pedagógica do processo formativo. Soma-se ainda às indagações pretéritas qual o propósito/objetivo/fim da prática educativa: estariam sendo nossos alunos preparados para a sujeição e exploração do mercado de trabalho, para a transformação/revolução social radical, para a cidadania demandada em tempos de crise (para quem?) aliada a uma democracia aparentemente ausente?

Mediante tais questões norteadoras, a presente pesquisa trata a questão da formação de professores, com ênfase à formação docente em Geografia, visto o processo formativo contínuo dos envolvidos na área em questão. O objetivo principal dessa pesquisa consistiu em abordar a relação entre formação de professores em Geografia e a proposta de uma educação cidadã em seus pressupostos filosóficos e didático-pedagógicos. Partindo de uma perspectiva crítico-humanista, que concebe os espaços educativos enquanto produtos sociais inseridos na ordem capitalista vigente, mas também instauradores de mudança e constituídos das relações afetivas, identidades e subjetividades cotidianas, os procedimentos metodológicos consistiram em revisão bibliográfica e vivências debatidas tanto no grupo de pesquisa EGEFProf (Estudos Geográficos: ensino e formação de professores) quanto nas atividades de monitoria do semestre 2016.2 do Curso de Licenciatura Plena em Geografia no Campus III da Universidade Estadual da Paraíba, contando com a coleta de depoimentos e conversações com diferentes estudantes, de forma a subsidiar algumas das questões elencadas no decorrer do texto. Tal empreitada se justifica não só pela pertinência do tema (e reflexão constante), mas também pelo anseio de construção de uma Geografia Cidadã, visando contribuir para se pensar os espaços pessoais e sociais como dimensões do exercício da cidadania e da democracia, tomadas enquanto par dialético. Ainda sobre a justificativa, a ideia de tal abordagem surgiu durante a observação, análise e discussão de diferentes práticas pedagógicas experienciadas enquanto profissionais em formação também contínua. Dentre as possíveis considerações finais, apontam-se os desafios para a consolidação e exercício da cidadania no contexto brasileiro, a formação de professores ainda deficitária no contexto brasileiro (apesar dos avanços) e possibilidades para se pensar o ensino e aprendizagem geográficas nesse início de século.



Quanto ao texto, em um primeiro momento, serão apontadas algumas questões sobre a formação de professores no que tange a realidade brasileira, seguida de algumas considerações sobre a educação e a escola nesse início de século. Posteriormente, a relação entre ensino-aprendizagem em Geografia e a proposta cidadã nas aulas (e para além delas) será discutida, finalizando com algumas reflexões do trio autoral quanto os meios e fins para se trabalhar em prol de uma cidadania multidimensional, que abranja não só o civil, o político e social, mas também o econômico e o espacial, nosso prisma de apreensão da realidade.

A importância de se pensar a formação de professores: o caso do ensino-aprendizagem em Geografia

Na educação básica brasileira, o Censo Escolar de 2016 nos mostra que temos 2,2 milhões de docentes em atuação nas nossas escolas e, em relação ao nível de escolaridade, 77,5% desses docentes possuem ensino superior completo. Desses, 90% são em cursos de licenciatura. Porém, há professores que não possuem o grau de licenciatura e que ainda estão em processo de formação acadêmica (INEP/MEC, 2017). Através desses dados, podemos extrair o questionamento de como pode haver professores que não tiveram um processo concluído ou completo de formação acadêmica voltada para o ensino-aprendizagem. Sabemos que, mesmo através de uma formação acadêmica que se volta ou tem como objetivo tal projeto pedagógico, existem algumas dificuldades sobre a formação profissional e suas práticas em sala de aula. Certamente, não podemos enxergar um professor sem o mínimo dessa formação, nem na Geografia ou em qualquer outra área do ensino básico.

Ainda segundo tal documento, na educação básica existe uma concentração de profissionais com idade média de 40,1 anos. De um lado uma porcentagem de 30,1% de professores com mais de 45 anos, e do outro, 6,1% de professores com idade até 25 anos (INEP/MEC, 2017). Não se pode refletir sobre os docentes sem entender quem são esses professores, que sujeitos-agentes estão ministrando aulas para as gerações, ou envolvidos nas escolhas de conteúdos e correções de procedimentos avaliativos. Segundo os dados acima, sabemos que os nossos atuais professores estão em idade mais madura e boa parte deles já não mais frequentam as instituições de ensino nas quais se formaram ou demais instituições para uma especialização e/ou formação continuada,

principalmente os professores da rede pública (geralmente as instituições públicas não investem na formação continuada do professor) e um outro fator a ser destacado é a perda do poder aquisitivo, em virtude da deterioração dos salários

(83) 3322.3222

contato@coprecis.com.br

www.coprecis.com.br



pagos aos professores, tornando inviável o investimento em livros e qualificação profissional, prejudicando o trabalho docente em sala de aula (SILVA; ARAÚJO, 2014, p. 21).

Há, muitas vezes, um engessamento por parte das metodologias e conteúdos repassados. Mas claro que não podemos aqui generalizar, afirmando que o professor maduro é o professor “tradicional e nada criativo”, pois existem professores recém-formados que não pensam em um trabalho dinâmico e crítico com seus alunos. Diante desse quadro, surge o questionamento: qual o papel da formação profissional nesses casos? Não podemos acreditar somente na má formação acadêmica, porém sabemos que, nesse sentido, uma formação voltada para auxiliar o professor nas suas práticas de ensino-aprendizagem e estratégias de trabalhar os mais diversos conhecimentos produzidos na academia constituem lacunas no momento em que o professor se vê em uma sala de aula cercado por alunos e com os conhecimentos do determinado conteúdo, mas não consegue trabalhar os mesmos com os discentes: ele se torna mais um entre tantos docentes que se debruçam, de maneira absoluta, em um livro didático, contribuindo a um “mais do mesmo”¹: leitura e questionário da obra didática sobre determinado assunto.

O professor que forma professores deve se questionar sobre as próprias práticas de ensino-aprendizagem; buscar, de forma eficaz, trabalhar os devidos componentes, se preocupando como determinado conteúdo vai estar presente na sala de aula do ensino básico e como abordar esses conhecimentos no âmbito escolar. Abordando o desenvolvimento do “ser professor” no ensino básico para seus alunos, Karnal (2014) traz à tona a importância da prática e vivência em sala de aula, onde o docente aprende a ser professor no momento em que ele inicia sua docência, porém, é lecionando que esse profissional deve interligar as teorias e aprender a utilizá-las, daí a importância do seu curso superior. Não se pode concordar que o fazer e o ser professor são estabelecidos apenas a partir do momento que o professor inicia um trabalho com uma determinada turma: sabemos que a aula não é um lugar de improvisar, mas sim de se trabalhar de forma séria e organizada. Desse modo, o ensino superior voltado para as áreas de ensino deve considerar sua responsabilidade com uma verdadeira Formação Docente, composta por um diálogo constante entre teoria e prática do ensino, ficando inviável excluir um ou outro do processo de ensino-aprendizagem, como sugere Santos (2013, p. 70):

¹ A repetição de práticas de ensino tradicionais, voltadas unicamente para resolução de questionários tendo como base o livro didático e a memorização de conteúdos.



Formação Docente deve discutir concepções e práticas que levem à reflexão, a fim de promover os saberes geográficos articulados com a teoria e, que possibilitem ao professor uma análise integrada e sistemática da sua didática baseada na intervenção e na investigação.

Parte-se aqui do pressuposto de formar professores capazes de utilizar os conhecimentos adquiridos no decorrer do curso de licenciatura para o trabalho em conjunto de ensino-aprendizagem com os alunos do ensino básico. Desta forma, é desafiante a busca por um ensino de Geografia que se direcione e promova o desenvolvimento crítico do aluno, tentando formar um aluno esclarecido e que promova mudanças na sociedade, ou seja, uma educação voltada para a cidadania, que podemos compreender, tendo por base Callai (2001, p. 134), como sendo

a garantia dos direitos individuais e sociais. É a concretização das leis, isto é, a acessibilidade concreta ao direito de habitação, alimentação, saúde, educação, trabalho, segurança, bem-estar. E mais do que isso, o direito de buscar a efetivação concreta destas leis no sentido de viver bem, construindo a sua história, e o seu espaço, com dignidade e com consciência clara de ser um sujeito social atuante, com lugar para as suas ideias e para satisfação de suas necessidades.

Segundo Damiani (2015), para se apropriar da cidadania é necessário que o homem se localize no espaço social. De acordo com a autora é o espaço no qual o indivíduo se identifica, criando relações de afetividade e identidade. Com a educação geográfica esse aluno vai construir esse conhecimento, através da sua compreensão mais crítica e ampla no contexto no qual está inserido. Esse ensino é tido como desafiante devido aos problemas gerados muitas vezes pela própria formação acadêmica composta de “cursos com uma estrutura curricular inadequada e uma falta de articulação dos conteúdos teóricos com a realidade da escola” (SILVA; ARAÚJO, 2014, p. 26). Enquanto reflexos de tal conjuntura, tem-se dificuldades no processo de ensino-aprendizagem do professor com o aluno, existindo no professor a falta de habilidade de relacionar os conteúdos com o contexto da escola e do aluno, produzindo um conhecimento e formação oposta à cidadã: uma formação engessada e pouco significativa, compreendida apenas pela memorização e transmissão de conteúdos.

A Geografia enquanto ciência complexa, que se renovou ao longo de sua história,² fazendo com que também ocorresse uma renovação em seu ensino-aprendizagem. O professor

² A Geografia é uma ciência que passou e vem passando por uma trajetória epistemológica com muitas mudanças. Desse modo, se faz necessário o conhecimento da epistemologia dessa ciência para uma maior compreensão da mesma. Para o professor desse campo do saber, é evidente a necessidade de se conhecer essa trajetória e que, desde a sua fundação, a ciência geográfica vem se modificando, desde as suas indagações sobre o seu objeto de estudo a seus métodos de pesquisa. Nos seus primeiros passos, a Geografia tradicional foi caracterizada principalmente por estabelecer uma série de descrições com base no método positivista. No contexto pós-Segunda Guerra Mundial e enquanto crítica à Geografia da época surgiu a Geografia quantitativa, contato@coprecis.com.br



de Geografia deve ter domínio de sua ciência para conseguir estabelecer relações entre os conteúdos, suas práticas didático-pedagógicas, além das realidades e necessidades dos alunos. A educação geográfica é discutida devido à renovação junto à sua ciência, pois, geralmente, a didática dessa disciplina ainda é comumente considerada um trabalho de memorização de descrições espaciais. Kaercher (2014) vem abordando a importância de uma Geografia bem trabalhada em sala de aula, proporcionando ao aluno e ao professor a possibilidade de observar o mundo de forma mais dinâmica, buscando uma aproximação com o cotidiano dos mesmos. Callai (2013) reforça a importância de trabalhar com o cotidiano e o lugar do discente e da escola, para a apropriação tanto teórica quanto prática do conhecimento, fazendo com que o aluno tenha uma maior visão crítica e social do mundo no qual reside. Para isso, deve-se haver uma verdadeira aproximação e não uma fragmentação do saber.³

Daí surge o questionamento quanto ao caráter absoluto dos saberes. Devemos entender que o conhecimento não é algo estático, nossa ciência geográfica constantemente se modifica e inova, trazendo essas mudanças também para o espaço escolar. Desse modo, o professor não pode impor saberes aos seus alunos, mas trabalhar junto com os mesmos na busca de uma compreensão e formação do conhecimento geográfico. À luz do contexto escolar, Mosé (2013, p. 55) aponta que

A escola precisa entender, enfim, que todo conhecimento, toda afirmação, está sujeito a mudanças, que todo saber é provisório. Esta instabilidade do domínio do conhecimento, que antes era marcado por um conjunto de verdades, nos estimula a uma mudança nas relações de poder na escola: se todo saber é provisório, professores e alunos, juntos devem se dedicar à produção de conhecimento, em vez da relação hierarquizada, na qual o professor detém um corpo de saberes que devem ser transmitidos pelos alunos.

A autora busca a compreensão do professor e da própria escola para que se perceba o ensino-aprendizagem através da colaboração de todos, onde não exista uma relação de poder instaurada no professor sobre o aluno, na qual o professor repassa conhecimentos e o aluno, calado, depois transmite sem nenhum questionamento. Concordamos com a autora no que diz

sendo esta movida pelo pensar estatístico e matemático. Mas uma vez, a Geografia se renovou com as Geografias crítica e humanística, uma trazendo e se baseando nos estudos dos problemas sociais vinculada ao pensamento marxista; a outra trazendo a vivência e o subjetivo como uma forma de se trabalhar a Geografia vinculada ao método fenomenológico (LENCIONI, 2007; MORAES, 2005).

³ Mosé questiona essa fragmentação dos saberes, acreditando que não se consegue um ensino-aprendizagem significativo dessa maneira. “Os fragmentos ficam tão fragmentados que levam os alunos a acreditar que estudam para os professores, para os pais, e não para si mesmos, para suas vidas” (MOSÉ, 2013, p. 49). Torna-se um conhecimento sem nenhuma importância formadora: os alunos não conseguem estabelecer relações com sua realidade, basicamente memorizam determinado assunto repassado para uma determinada avaliação e depois o mesmo “desaparece” e se torna algo vazio, sem significado.



respeito ao conhecimento produzido devidamente a partir da relação professor-aluno trabalhando em conjunto.

O ensino de Geografia: na construção do sujeito cidadão

Para que ensinar Geografia? É o primeiro questionamento que devemos fazer quando vamos falar de ensino em Geografia, e principalmente, quando vamos abordar um tema tão discutido e amplo como a construção da cidadania. Onde a escola se enquadra nisso tudo? Sabemos que o ambiente escolar é um espaço onde os indivíduos, desde pequenos, tem contato com diversas áreas do conhecimento e, através destas, são obtidos novos saberes, novas formas de olhar o mundo e de interpretar o que está em volta do lugar ao qual o indivíduo está inserido, seja a relação indivíduo e sociedade ou indivíduo e natureza. De acordo com Aigner, a escola deve se opor aos padrões de consumo e valores da sociedade globalizada, trabalhando o pertencimento e as características locais do ambiente no qual a escola e o aluno se identificam, “a escola como um agente de transformação social” (AIGNER, 2003, p. 39).

É preciso entender que a Geografia, durante muito tempo, era conceituada como uma disciplina escolar restrita, lembrada por seu caráter conteudista. Antes, a Geografia era vinculada a uma disciplina chamada estudos sociais que, na verdade, era junção de conhecimentos das áreas de Ciências, História, Geografia e Educação Moral, contendo a mescla dessas diferentes áreas. Nessa época, a Geografia estava resumida praticamente em mapas, escalas, fusos horários (com inúmeros cálculos para o aluno treinar matemática). Dessa maneira, o principal objetivo da escola não era preparar o aluno para a vida nem contribuir no desenvolvimento das especificidades e competências de cada discente e muito menos na formação da cidadania.

Só que a escola não se resume a isso. A escola é uma instituição na qual os jovens devem aprender a serem cidadãos plenos, isto é, cidadãos ativos e não meramente passivos, devendo ainda aprender a cuidar do seu corpo e do meio ambiente, a conhecer o mundo em que vivemos em todas as suas escalas geográficas (VESENTINI, 2009, p. 30).

Inicialmente é importante refletir sobre qual a função da educação quando tratamos de um ensino formador de cidadãos. Aigner (2003, p. 38) vai nos dizer que devemos “repensar conceitos internalizados na cultura escolar brasileira e rever o papel da educação, dentro de um paradigma voltado para inserção social”, ou seja, é



necessário que a educação seja transformadora, fazendo com que o aluno se integre e desenvolva formas de se destacar na sociedade como um ser ativo e pensante, partindo daí a importância dessa cidadania trabalhada na sala de aula, especificamente essa construção do sujeito cidadão no ensino de Geografia.

Esta ação deve ser orientada no sentido de fazer da instituição escolar um mecanismo que promova a inserção social e ao mesmo tempo forme cidadãos, no sentido amplo desta palavra, capazes de modificar o próprio espaço social que os condiciona e de compreender melhor o mundo no qual está inserido (AIGNER, 2003, p. 42).

Podemos então analisar o espaço escolar e o ensino de Geografia não só como algo somente de recebimento de informações ou conteúdos, mas sim um espaço elaborado e propício para a formação cidadã e o trabalho político do indivíduo de forma ativa. É interessante transformar esse ambiente em um cenário onde devem ser trabalhadas questões de cidadania, democracia, solidariedade e respeito para com o próximo de forma prática, ou seja, a sala de aula não só como forma de se aprende a ser cidadão, mas o lugar onde se pratica a cidadania.

Então é importante que o ensino da Geografia na escola básica contribua para a formação do cidadão e não somente a reprodução de conteúdos já prontos, e que a partir daí os alunos possam entender o contexto espacial dos processos que configuram a sociedade. Aigner (2003, p. 44) aponta alguns aspectos pedagógicos que, para o ensino de Geografia e demais disciplinas, se fazem importantes

Estimular as práticas pedagógicas interdisciplinares, quebrar a visão fragmentária do conhecimento, romper com a lógica da aprendizagem pela repetição, proporcionar progressões aceleradas de alunos com defasagem escolar, avaliar de forma não classificatória, elaborar o currículo a partir do conhecimento da realidade do educando, aproximar a escola da comunidade, etc.

A Geografia deve contribuir para que o aluno compreenda a realidade ao seu redor, para que assim o mesmo possa analisar o espaço na sua totalidade. Essa Geografia deve levar seus alunos a pensar e compreender o seu próprio papel na sociedade, mas, primeiramente, é preciso apontar tais caminhos para que a Geografia possa contribuir na construção da cidadania. Um deles é a própria formação do professor de Geografia para atuar na educação cidadã. É preciso que a formação acadêmica do docente esteja ligada a vida cotidiana dos alunos.

O indivíduo é considerado cidadão quando



atende a alguns requisitos, no espaço civil, político, socioeconômico, cívico, de consumo, na dimensão de pertencimento territorial e na própria dimensão espacial (SANTOS, 1993).

Cidadania essa que deriva

Da apropriação das condições necessárias para participar das decisões necessárias para participar das decisões, democratizando o poder político, descentralizando-o, em decorrência disso, fortalecendo o papel dos lugares para modificar-se a lógica excludente da globalização (AIGNER, 2003, p. 45).

Dessa maneira, é preciso que a escola e as disciplinas, assim como a Geografia, criem formas de ensino com foco na formação da cidadania, favorecendo situações que possibilitem o desenvolvimento da consciência crítica dos alunos sobre a sua realidade social. “A geografia nos traz a ideia de espaços, territórios, lugares e ambientes” (AIGNER, 2003, p. 46). Nesse sentido, a cidadania está conectada à participação da vida coletiva e individual, englobando inclusão social, de respeito à diversidade e de direitos mais amplos para melhores condições de vida. Em resumo, a cidadania como o exercício do direito a ter direitos.

A escola do século XXI deverá desenvolver as inteligências, competências, habilidades e atitudes apropriadas para a vida neste novo século, na qual se inclui o mercado de trabalho com as suas demandas, o desenvolvimento da cidadania ativa, às necessidades de uma sociedade democrática mais complexa que no passado, num mundo globalizado e com a convivência necessária de culturas e civilizações bastante diferentes entre si (VESENTINI, 2009, p. 117).

Daí surge como a prática de cidadania está relacionada a duas categorias geográficas, o lugar e o espaço. A Geografia é uma ciência social que trata das relações da sociedade e natureza. A educação geográfica na escola básica deve envolver o exercício de cidadania e a importância de conhecer o espaço e as relações em que o aluno está sujeito. A Geografia deve estar relacionada à compreensão dos problemas do mundo atual: é importante ressaltar que seu ensino deve contribuir na formação da cidadania, deve oferecer instrumentos essenciais para compreender a realidade social. Dessa maneira, o ensino deve produzir objetivos para que o aluno adquira aprendizado e que possa fazer parte da vivência social de cada um, que a escola deve trabalhar com a interculturalidade para conseguir mostrar o conhecimento de forma mais evidente e objetiva para alunos. Dessa maneira, é essencial que o professor trabalhe com as diversidades de cada um e também com a realidade de cada um. Essa Geografia cidadã deve tratar de temas transversais como a questão ambiental, globalização, diversidade, ética, saúde, orientação sexual, trabalho e consumo e pluralidade cultural.

É preciso que haja discussão entre os próprios



professores de Geografia e que assim seja discutida a importância do ensino para a formação da cidadania. Sabe-se que a Geografia tem uma enorme importância na formação do cidadão, pois seu objeto de estudo é o espaço: caracterizado como político, cultural, social, econômico e físico, tal espaço geográfico deve ser trabalhado com o lugar de vivência, onde exista a compreensão do aluno e de sua realidade. Pois nesse espaço que os processos sociais acontecem e compreender a dinâmica dos lugares é essencial para as transformações políticas, sociais, econômicas e culturais.

De acordo com Pontuschka (1996), os professores de Geografia, por trabalharem com noções de tempo e espaço, com a história das sociedades e da natureza, têm um importante papel na contribuição para a formação da cidadania de seus alunos. Sendo assim, a Geografia é uma ciência que estuda o espaço, numa perspectiva multiescalar, onde se cria uma ponte entre o dia-a-dia do aluno e a escola. É preciso que haja práticas pedagógicas que contribuam para despertar o interesse do aluno, no qual ocorra a análise do conteúdo, discussões, trazer para a sala de aula fatos e acontecimentos diários da sociedade são importantes.

Considerações finais: qual cidadania para qual formação docente geográfica?

A cidadania no Brasil⁴ foi muitas vezes restrita a uma minoria, dos tempos em que para se votar era necessário apresentar dada renda até tempos recentes, quando nos chamados “anos de chumbo” da Ditadura Militar, o voto era uma coisa quase irrelevante no contexto do poder centralizado. É curioso – mas não surpresa – que, em pleno do século XXI, o Estado e outros grupos hegemônicos defendam a cidadania e democracia através do voto⁵, quando o resultado obtido muitas vezes é a reprodução de um contexto político continuísta e retrógrado, como o que se tem aqui na região Nordeste, e com uma cidadania negada e alienada como um dos traços marcantes. Onde estão os debates sobre essa situação nas aulas de Geografia? Os professores de Geografia formados (ou em formação) são dotados de instrumentos para trabalhar tais questões?

Na concepção de Holston (2013), ao analisar questões da cidadania no contexto brasileiro, esta seria dialeticamente situada entre as trincheiras diferenciadas de classes e grupos sociais, e as insurgências de um cotidiano histórico. Segundo o autor, a cidadania na

⁴ Uma obra de referência para se discutir a história da cidadania no contexto brasileiro é a de Carvalho (2011).

⁵ Ao discutir o avanço da cidadania no contexto brasileiro, bem como as novidades do processo de urbanização, Holston (2013, p. 150) apontou uma consciência de participação dos cidadãos desfavorecidos: “um novo tipo de argumento a favor da participação entre esses novos cidadãos urbanos: eles começaram a raciocinar que, embora pobres, tinham na verdade estabelecido ‘verdadeiros interesses’ no Estado-nação como construtores da cidade, contribuintes e consumidores modernos”.



contemporaneidade se desenvolve em montagens de formas entrincheiradas e insurgentes, numa relação conflituosa e geralmente perigosa, pois as formações históricas dominantes simultaneamente produzem e restringem possíveis formulações ao contrário. Quais as trincheiras por onde a cidadania poderia se insurgir? uma condição, um exercício, um conjunto de práticas? O cidadão existente ou aquele “vir-a-ser” na relação docente-discente?

Partindo do exposto, cidadania não seria “apenas” um status, mas uma prática, uma construção, e enquanto tal, tem na educação um papel de suma importância. Hoje, com o advento do neoliberalismo, a cidadania passou por mudanças e questionamentos, sobretudo quanto a um de seus principais alicerces, o Estado de bem-estar social. Considerando múltiplas dimensões de uma cidadania inserida no contexto burguês, Covre (1991) pensa uma concepção de cidadania plena, aos níveis econômico, político, social, cultural. E que se relacione com a construção de uma sociedade democrática. Não pode haver cidadania sem melhorias sociais obtidas da luta dos trabalhadores. É preciso que ele tenha acesso aos bens e serviços que complementam sua vida (habitação, saúde, educação) e que compõem os chamados direitos sociais. Mas, antes, é necessário que os trabalhadores tenham direitos políticos, e que exista um contexto democrático para reivindicar o seu direito de ser cidadão e de, enquanto tal, poder lutar por quaisquer de seus direitos. Paralelamente, é preciso que esses trabalhadores *possam ser educados sobre a existência desses direitos, vindo dessa forma a amplidão do que há para construir em termos de uma sociedade sempre melhor.*

A formação de professores, diante de seus vários caminhos e perspectivas, tem, nas reflexões sobre a cidadania, uma proposta para dotar os membros da comunidade escolar e acadêmica de meios para uma vida social mais engajada e consciente de seus papéis junto aos referidos contextos onde se inserem. Pensar os cidadãos e cidadãs desse país é pensar em um processo que começa no cotidiano da sala de aula e se estende por outros espaços e vivências. A Geografia, enquanto ciência dos diferentes espaços ou dimensões espaciais da realidade, constitui um saber fundamental para refletir tempos-espaços presentes e em construção por cada sujeito e/ou agente social. Em sua educação, trabalhar com conceitos próprios da ciência, aliados às perspectivas possíveis de democracia e cidadania, pode trazer respostas às indagações lançadas aqui e nessa era de incertezas/indeterminações, que exige de seus viventes o pensamento e a práxis rumo à concretude cidadã ainda em marcha. A tarefa de abordar os direitos e deveres, as leis, os grupos e classes, os interesses e posturas envolvidas certamente vai para além da educação formal, exigindo, para uma cidadania plena e ativa, uma educação contínua e libertadora. Para além dos



votos e dos escândalos midiáticos, uma educação capaz de se aprofundar crítica e humanamente na superação dos problemas e expressões da questão social vigente.

Referências

- AIGNER, Carlos Henrique de Oliveira. Educação popular em Porto Alegre, Geografia e cidadania. In: REGO, Nelson et al (Org.). **Um pouco do mundo cabe nas mãos: Geografizando em educação o local e o global**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- BRASIL. Ministério da Educação/INEP. **Censo escolar da educação básica 2016 notas estatísticas**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira: Brasília-DF, 2017.
- CALLAI, Helena Copetti. **A formação do profissional da geografia: o professor**. Ijuí: Editora Unijuí, 2013.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. 5º ed. São Paulo: Papyrus, 2003.
- _____. A Geografia e a escola: muda a geografia? Muda o ensino?. **Terra Livre**. São Paulo, n. 16, p. 133-152, 2001.
- COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- DAMIANI, Amélia Luisa. A geografia e a construção da cidadania. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (Org.). **A geografia na sala de aula**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- HOLSTON, James. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- KAERCHER, Nestor André. A geografia serve para entender a água, o sangue, o petróleo... serve para entender o mundo, e, sobretudo, a nós mesmos!. In: FARIAS, Paulo Sérgio Cunha; OLIVEIRA, Marlene Macário de (Org.). **A formação docente em geografia: teorias e práticas**. Campina Grande: EDUFCEG, 2014. p. 17-49.
- KARNAL, Leandro. **Conversas com um jovem professor**. São Paulo: Contexto, 2014
- LENCIONI, Sandra. A região e Geografia. A noção de região no pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 187-204
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. 20 ed. São Paulo: Annablume, 2005.
- MOSÉ, Viviane (Org.). **A escola e os desafios contemporâneos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- PONTUSCHKA, N. O perfil do professor e o ensino/aprendizagem da geografia. **Cadernos CEDES**. São Paulo, n. 39, dez/1996
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1993.
- SANTOS, Maria Francineila Pinheiro dos. O estágio supervisionado na formação dos professores de geografia. In: ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de; FERREIRA, Joseane Abílio de Souza. (Org.). **Formação, pesquisa e práticas docentes: reformas curriculares em questão**. João Pessoa: Editora Mídia, 2013. p. 59-86.
- SILVA, Lineu Aparecido Paz e; ARAUJO, Raimundo Lenilde de. A atividade docente no ensino de geografia: perspectivas e reflexos na educação brasileira. **GEOSABERES - Revista de Estudos Geoeeducacionais**, América do Norte, 2014, vol. 5, n. 10 p. 17-35.
- VESENTINI, José William. **Repensando a geografia escolar para o século XXI**. ed. São Paulo: Plêiade, 2009.